



Número: **0061163-46.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **24/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALBERTO MACENA DA SILVA (AUTOR)		CARLA ROCHA LEMOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68510204	24/09/2020 13:58	Petição Inicial	Petição Inicial
68510229	24/09/2020 13:58	ID ALBERTO MACENA	Documento de Identificação
68510228	24/09/2020 13:58	PROCURAÇÃO, DECLARAÇÃO ALBERTO	Procuração
68510225	24/09/2020 13:58	DOCS MEDICOS E BO ALBERTO MACENA	Documento de Comprovação
68510224	24/09/2020 13:58	COMPROVANTE DE RESIDENCIA ALBERTO MACENA	Outros (Documento)
68883237	01/10/2020 19:55	Despacho	Despacho
70025557	23/10/2020 17:51	Intimação	Intimação

PRELIMINARMENTE

Dos benefícios da justiça gratuita

Antes de adentrarmos no mérito da lide, os autores requerem a concessão dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista que não possuem condições financeiras de arcarem com as custas processuais, sem que ocasione prejuízo para o sustento de suas famílias.

ALBERTO MACENA DA SILVA, brasileiro, casado, técnico, portador do RG 4.788.775 SDS/PE, inscrito no CPF sob o n.º 975.844.014-49, residente na Rua do Campo, nº.333, Casa, Bairro: Ilha Joana Bezerra, CEP.: 50080-600 – Cidade: Recife, Estado de Pernambuco, sem endereço eletrônico, por suas advogadas abaixo instrumento procuratório anexo, **CARLA ROCHA LEMOS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PE sob nº. 27.103, carlarochalemos@outlook.com.br, com escritório Rua Conde da Boa Vista, nº. 50, 9º andar, sala 909 – Boa Vista, CEP.: 50.060-004, onde recebem intimações e notificações, vêm, com fulcro no artigo 5º, incisos V e X de CRFB/88, Decreto-Lei nº. 73 de 21 de novembro de 1996 regulamentado pelo Decreto nº. 61.867 de 7 de dezembro de 1967, art. 3º “b” e art. 5º, ambos da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, modificado pela lei 11.482 de 31/05/2007 c/c AO ARTS 98, 319 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, para PROPOR:

<p>AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA NA GARANTIA INVALIDEZ PERMANENTE DO DPVAT</p>
--

Pelo Rito Sumário, em face de

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com representação na Rua Senador Dantas, n.º 74, andar 5º e 6º - CEP.: 20.031-205 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 09.248.608/0001-04 onde deverá ser citado por via postal com AR na pessoa do seu representante legal, pelas razões de fatos e fundamentos aqui presentes

I - DOS FATOS

A PARTE AUTORA foi vítima de acidente de trânsito em **03/03/2020**. O fato foi registrado pela autoridade policial da circunscrição do acidente.



Em consequência do acidente, sobrevieram sequelas permanentes com perda da capacidade física que resultou em sua INVALIDEZ PERMANENTE.

O AUTOR acionou, administrativamente, a requerida para o recebimento da indenização decorrente do SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

INSTRUIU O PLEITO INDENIZATÓRIO com a documentação exigida no diploma legal vigente. (documentação em poder da seguradora RÉ)

A DEMANDADA, ATRAVÉS DE EQUIPE CONTRATADA submeteu o AUTOR À PERÍCIA MÉDICA.

O PERITO MÉDICO, CONTRATADO PELA RÉ, após exame pessoal e acesso a documentação médica, constatou a SUA INVALIDEZ PERMANENTE E LIBEROU O PLEITO ADMINISTRATIVO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO

De acordo com o artigo 5º, § 1º da Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974 alterada pela Lei 11.495 de 04 de junho de 2009, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei 11.482, de 2007).

II – DO DIREITO

A requerida através da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, se negou a efetuar o pagamento da indenização devida ao autor.

A seguradora Ré, mesmo de posse de farta documentação médica, em flagrante desobediência legal ESTABELECE O QUANTUM INDENIZATÓRIO em valores inferiores ao contido na Tabela de Danos Pessoais inserida na Lei 11.945 de 04 de junho de 2009.

III - DO PAGAMENTO NÃO REALIZADO AO AUTOR.

A RÉ ignorou, por completo, o estado físico da parte Autora, a qual, após o acidente apresentou INDISCUTÍVEL PERDA E INCAPACIDADE FUNCIONAL.

- A perda ou diminuição de qualquer segmento do corpo humano, determina a redução ou perda da funcionalidade da parte afetada. O corpo humano é um todo disciplinado e, a ausência de um órgão ou perda de uma função acarreta uma demanda de maior esforço na realização de qualquer função FÍSICA OU MENTAL.

Realmente, a Seguradora Líder desconheceu o direito do autor quando não efetuou o pagamento administrativo.



V -DA INDENIZAÇÃO DEVIDA

A legislação vigente tem inserida em seu contexto a Tabela de Danos Pessoais que estabelece o percentual a ser aplicado sobre o teto indenizável observada a lesão permanente resultante do acidente de trânsito.

A Parte Autora sofreu fratura em mão direita, conforme documentos anexos.

De acordo com as lesões apontadas pelo LAUDO MÉDICO, classificadas conforme a Tabela inserida na Lei, o percentual devido é de 70% aplicados sobre a I.S - importância segurada, ou seja:

CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

$$\text{R\$ 13.500,00} \times 70\% = \text{R\$ 9.450,00}$$

(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

A Parte Autora sofreu lesões permanentes como já descrevemos oportunamente, o se pleiteia é o valor devido por medida de justiça, deverão ser acrescidas as incidências legais pela aplicação do IGPM.

VI - DAS PROVAS

Requer a especial valoração das provas DOCUMENTAIS anexadas aos autos, atentando-se para o recibo de pagamento parcial da indenização, que comprova o fato constitutivo do direito do ora peticionário.

VII - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, é a presente para requerer a V. Exa.:

I – A concessão de benefícios da Justiça Gratuita, com base na Lei 13.105/15, em seu artigo 98 e ss., no que se refere ao modo de pedir e a prova da condição de necessidade, por tratar o requerente de pessoa sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, pois se encontra com sérias dificuldades financeiras em razão dos fatos narrados na presente peça. Em consequência, requer a nomeação deste subscritor como assistente Judiciário;

II - A citação da ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo, comparecer a audiência prevista no art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil, a ser designada por V. Exa., sob pena de não o fazendo, serem reputados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora, face à sua revelia;

III- A designação de audiência previa de conciliação, nos termos do art. 319, VII do NCPC;

IV - A inversão do ÔNUS DA PROVA, em face da inquestionável hipossuficiência da parte



autora, e pelo fato da retenção dos documentos apresentados à requerida, quando do pleito administrativo requerido pela parte autora.

V - A condenação da ré, no pagamento da complementação do valor da Indenização por INVALIDEZ PERMANENTE, correspondente a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), acrescida de correção monetária e juros legais.

VI - A condenação da ré, nas custas judiciais e honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.

VIII – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

-

X - DO ARTIGO 319 DO CPC

Dispõe o artigo 319 do Código de Processo Civil que na exordial pelo rito sumário a parte autora apresentará o rol de testemunhas e, se requer perícia formulará quesitos podendo indicar assistente técnico. O pedido referente à complementação do seguro DPVAT, sendo assim desnecessária a indicação de testemunhas.

Quanto à perícia, caso Vossa Excelência entenda necessária a sua realização, segue o rol de quesitos.

QUESITOS:

- 1 – Queira o ilustre perito informar se a lesão sofrida tem nexos com o acidente.
- 2 – Da ofensa à integridade corporal ou à saúde da pericianda resultou: debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 3- Qual o grau de incapacidade funcional apresentado pela pericianda?

-

Termos em que
Pede deferimento.

Recife, 24 de Setembro de 2020.

CARLA ROCHA LEMOS
OAB/PE 27.103



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1217334508

NOME
ALBERTO MACENA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4768775 SDB PE

CPF
975.844.014-49

DATA NASCIMENTO
08/06/1977

FILIAÇÃO
AMARO DE OLIVEIRA DA SILVA
AVANI MACENA DA SILVA

PERMISSÃO
ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
05121170457

VALIDADE
30/11/2020

1ª HABILITAÇÃO
13/01/2011

OBSERVAÇÕES
Exerce Ativ Remunerada

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RECIFE - PE

DATA EMISSÃO
01/12/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

17169087157
PE069916810

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR
1217334508



INSTRUMENTO PROCURATÓRIO

OUTORGANTE: ALBERTO MACENA DA SILVA, brasileiro, casado, técnico, portador do RG 4.788.775 SDS/PE, inscrito no CPF sob o n.º 975.844.014-49, residente na Rua do Campo, nº.333, Casa, Bairro: Ilha Joana Bezerra, CEP.: 50080-600 – Cidade: Recife, Estado de Pernambuco.

OUTORGADAS: CARLA ROCHA LEMOS, brasileira, solteira, advogada, portadora da OAB/PE n. 27.103, com endereço profissional à Avenida Conde da Boa Vista, nº. 50, sala 909, Boa Vista, Recife-PE, CEP 50060-004, Email: carlarochalemos@outlook.com.

PODERES: Da cláusula "Ad Judicia" representando o outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar e prestar compromisso, acompanhar andamento de processo, desarquivar processo, recorrer, apresentar contrarrazões, executar, indicar provas e testemunhas, requerer, receber, levantar e dar quitação de Alvarás Judiciais perante as Instituições Financeiras, pedir a justiça gratuita e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC, podendo ainda substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato específico.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Eu, ALBERTO MACENA DA SILVA, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas inerentes à ação ajuizada, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da Justiça.

Recife, 22 de Setembro de 2020.


Outorgante/ Declarante





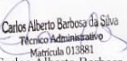
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA/SAMU



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Sr. **ALBERTO MACENA DA SILVA**, portador do RG: 4.788.775 SDS /PE, CPF:975.844.014-49, foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/ SAMU 192 Olinda, ocorrência: S757247, no dia 03/03/2020, aproximadamente às 08:06 horas, colisão entre moto x carro em via pública, PE-15 S/N, Jardim Frágoso, Olinda, em frente a faculdade de ciências humanas, sendo encaminhado para Hospital do Espinheiro.

Olinda, 18 de março de 2020.


Carlos Alberto Barbosa
Tec. Adm./SAMU 192 – Olinda

Avenida Santos Dumont, N.º 177 – Varadouro Olinda - PE CEP: 53.010-230.
E-mail: samu.olinda@hotmail.com
Fone: 81 – 3439-6523



Assinado eletronicamente por: CARLA ROCHA LEMOS - 24/09/2020 13:57:05

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092413570512900000067192134>

Número do documento: 20092413570512900000067192134



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 024ª CIRCUNSCRIÇÃO - VARADOURO - DP24ªCIRC DIM/7ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **20E0114003394**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **10/07/2020** às **15:48**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado), que aconteceu no dia **3/3/2020** às **08:00**

Fato ocorrido no endereço: **FRAGOSO, 01, RODOVIA PE 15 - Bairro: FRAGOSO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL - CEP: 53140-080**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)
PERNAMBUCO MOTOS LTDA (OUTRO)
ALBERTO MACENA DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **ALBERTO MACENA DA SILVA**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

ALBERTO MACENA DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **AVANI MACENA DA SILVA** Data de Nascimento: **8/6/1977** Naturalidade: **RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **4788775/503/PE (RG)** Estado Civil: **CASADO(A)** Escolaridade: **2ª. GRAU COMPLETO** Profissão: **TECNICO (OUTROS)** Telefones Celulares: **86919681**

Endereço Residencial: **RUA DO CAMPO, 333, CASA B - CEP: 55000-000 - Bairro: ILHA JOANA BEZERRA - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL**

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

PERNAMBUCO MOTOS LTDA - Ramo de Atividade: **NÃO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial - Telefone de Contato: -

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **PERNAMBUCO MOTOS LTDA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ALBERTO MACENA DA SILVA**

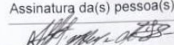


Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA HONDA/NXR 150 BROS KS** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**
Placa: **PCW6812** (PERNAMBUCO/PAULISTA)
Ano Fabricação/Modelo: **2009/2009** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

O NOTICIANTE VEIO REGISTRAR O ACIDENTE DE TRANSITO AO QUAL FORA VITIMA NA DATA E LOCAL ACIMA MENCIONADAS CONDUZIA A MOTOCICLETA QUALIFICADA NESTE DOCUMENTO QUANDO O AUTOMOVEI PLACA MUV4501 COLIDIU LATERALMENTE NA MOTO FAZENDO O NOTICIANTE PERDER O CONTROLE E CAIR NA PISTA DE ROLAMENTO TAMBEM RELATOU QUE UMA EQUIPE DO SAMU O REMOUEU PARA O HOSPITAL DO ESPINHEIRO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial


ALBERTO MACENA DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **MAURICIO FERNANDO ARAUJO DA SILVA** - Matrícula: **152497-6**
(Liberado em **10/07/2020** às **16:00**)



FORMULÁRIO EMERGÊNCIA CLÍNICA

Página 1 de 1

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HE

19/09/2020 12:50

Paciente:	ALBERTO MACENA DA SILVA	Id. Nasc.:	08/06/1977	Atendimento:	19931561	Prontuário:	8120373
Convênio:	HAP/VIDA	Posto:	POSTO EMERGÊNCIA - HE	Leito:	300222/4		
Profissional(s):	ALEXANDRE SAVIO AVELINO DE SOUZA CRM 111111 [1]	Nº:	16985280	03/03/2020	8h	08:43	
ANAMNESE							
Queixa Principal	DOR EM JOELHO DIR E PE DIR. ESCORRIMENTOS EM COTOVELO E MÃO DIR APÓS COLISÃO MOTO CARRO HÁ UMA HORA. NEGA DESMAIO OU VÔMITOS.						[1]
Queixa Principal							
Diagnóstico Inicial	99 - CID10 NÃO AGRUPOADOS.						[1]
CID10	S810 FERIMENTO DO JOELHO						[1]
Alergias	Não						[1]
Medicação Em Uso	Não						[1]
Antecedentes Patológicos Familiar	Não						[1]
Comorbidades	Não						[1]
DIAGNÓSTICO							
CID10	S810 FERIMENTO DO JOELHO						[1]
CID10	S810 FERIMENTO DO JOELHO						[1]
CLASSIFICAÇÃO DO PACIENTE							



ALTA

Página 1 de 1

19/09/2020 13:55

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HE

Paciente: ALBERTO MACENA DA SILVA Dt. Nasc.: 08/06/1977 Atendimento: 19911561 Pronto-Socorro: 8320373
 Convênio: HAP/VIDA Posto: POSTO EMERGENCIA - HE Leito: 3002204

Profissional(s): ALEXANDRE SAVEDRUELINO DE SOUZA CRM 13333 [1] Nº: 16498236 03/03/2020 11:31

CONDIÇÕES DE ALTA		
Alta do Paciente	Sim	[1]
DATA/HORA DA ALTA		
Data Da Alta	03/03/2020	[1]
Data Da Alta	03/03/2020	[1]
Hora Da Alta	11:31	[1]
Hora Da Alta	11:31	[1]





FORMULÁRIO EMERGÊNCIA CLÍNICA

Página 1 de 1

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HE

26/03/2020 12:30

Paciente:	ALBERTO MACENA DA SILVA	Dt. Nasc.:	08/06/1977	Atendimento:	19975638	Prontuário:	8320373
Convênio:	HAPVIDA	Posto:	POSTO EMERGENCIA - HE	Leito:	300222/8		
Profissional(s):	ALEXANDRE SAVIO AVELINO DE SOUZA CRM 11711 (1)	Nº:	17082421	10/03/2020	AS	11:45	
ANAMNESE							
Queixa Principal	TAC: REVELOU FRATURAS EM CUNEIFORME E MTT. SEM DESVIO. PONHO TALA GESSADA E ENCAMINHO PRO AMBULATORIO DE MÃO.						[1]
Queixa Principal							
Diagnóstico Inicial	99 - CID10 NÃO AGRUPADOS -						[1]
CID10	S923 FRATURA DE OSSOS DO METATARSO						[1]
Alergias	Não						[1]
Medicação Em Uso	Não						[1]
Antecedentes Patológicos Familiar	Não						[1]
Comorbidades	Não						[1]
DIAGNÓSTICO							
CID10	S923 FRATURA DE OSSOS DO METATARSO						[1]
CID10	S923 FRATURA DE OSSOS DO METATARSO						[1]
CLASSIFICAÇÃO DO PACIENTE							



Hospital do Espírito Santo
Fundado em 1964

ALTA

Página 1 de 1

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HE 19/03/2020 12:50

Paciente: ALBERTO MACENA DA SILVA	DI. Nasc.: 08/06/1977	Atendimento: 19931561	Prontuário: 8320373
Convênio: HAPVIDA	Posto: POSTO EMERGENCIA - HE	Leito: 300222/4	
Profissional(s): ALEXANDRE SAVIO AVELINO DE SOUZA CRM 11711 [1]	Nº: 16998236	03/03/2020	AS 11:31

CONDIÇÕES DE ALTA		
Alta do Paciente	Sim	[1]
DATA/HORA DA ALTA		
Data Da Alta	03/03/2020	[1]
Data Da Alta	03/03/2020	[1]
Hora Da Alta	11:31	[1]
Hora Da Alta	11:31	[1]







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 3ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0061163-46.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALBERTO MACENA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50.

A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação.

Diante do exposto, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos.

Cite-se. Cumpra-se.

Recife, 01 de outubro de 2020.

Julio Cezar Santos da Silva

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 3ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0061163-46.2020.8.17.2001
AUTOR: ALBERTO MACENA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 3ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 68883237, conforme segue transcrito abaixo:

"De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50.

A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação.

Diante do exposto, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos.

Cite-se. Cumpra-se.

Recife, 01 de outubro de 2020.

Julio Cezar Santos da Silva

Juiz de Direito

"

RECIFE, 23 de outubro de 2020.

ELISA CARLA CAMPOS TAVARES
Diretoria Cível do 1º Grau

